DIRECIONADO AO ILMO SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS/GO, ROBERTO NAVES.

INCLUSÃO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS COMO MATÉRIA DE CIDADANIA PERTENCENTE À GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS/GO, ATRAVÉS DO CUMPRIMENTO DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, BEM COMO ATRAVÉS DA DISPOSIÇÃO DE NORMAS COMPLEMENTARES DE ATRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO.

Nos termos do art. 88, Parágrafo 1º, alínea “i” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis, apresento a presente Indicação a V. Exa., sugerindo a **INCLUSÃO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS COMO MATÉRIA PERTENCENTE A GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS/GO.**

JUSTIFICAÇÃO

O município possui prerrogativas frente à organização de seu sistema de ensino, veja-se:

Art. 8º LEI Nº 9.394/96 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

(...)

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 11. LEI Nº 9.394/96 Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

(...)

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

(...)

Art. 22. LEI Nº 9.394/96 A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 32. LEI Nº 9.394/96 O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

(...)

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

(...)

Diante de toda a legislação exposta acima, bem como conferindo aplicabilidade ao Decreto Nº 9.761, de 11 de abril de 2019 e a **Lei Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006** que institui a Política Nacional sobre Drogas, que o vereador que abaixo assina, **vem Indicar a Inclusão de Políticas sobre Drogas tratada como matéria de cidadania na grade curricular do Município de Anápolis/GO**, vez que a Lei Nº 9.394/96 precisa ser cumprida no tocante a competência municipal sobre a matéria, haja vista se tratar de cidadania e por tratar do melhor interesse da criança e do adolescente, bem como entende ser de atribuição do município legislar mediante normas complementares frente ao seu sistema de ensino.

Precipualemente, a inclusão da Política sobre drogas tratada como matéria de cidadania na grade curricular de ensino do município de Anápolis/GO, tende a cumprir, obrigatoriamente, com o entabulado da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e sua devida aplicação.

É obrigação da rede de ensino municipal desenvolver o exercício de cidadania de seu educando, frente à matéria aqui versada.

Importante ressaltar que a Política sobre drogas incluída na grade curricular do município de Anápolis tem por intuito desenvolver a capacidade de aprendizado social tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores, fortalecimento assim os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social e o combate às drogas, dessa forma que entende ser necessário, urgente e obrigatória a inclusão desta matéria na grade educacional do município.

Portanto, a matéria de políticas sobre drogas deve compor e ser parte integrante da formação básica do cidadão e deve constituir disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental de Anápolis.

Ao passo que cabe ao sistema de ensino municipal regulamentar os procedimentos para a definição dos conteúdos estruturais frente à política sobre drogas e estabelecer as normas para a habilitação e admissão dos professores.

Ante ao exposto, é de suma importância a apreciação de V. Exa. frente a presente Indicação, pelas razões expendidas nas linhas volvidas, pelo que encaminho à Vossa Excelência, para deliberação **em regime de urgência.**

Anápolis/GO, 30 de agosto de 2019.

João da Luz
Vereador